

## **MITO, QUOTIDIANO E ESTILOS DE HOSPITALIDADE**

**Antonio Heriberto CATALÃO Júnior**

**Orientadora: Professora Doutora Ada de Freitas Maneti Dencker**

**Resumo:** Este trabalho tem o propósito de apresentar uma reflexão acerca do caráter relacional e simbólico da hospitalidade, bem como sobre duas implicações que dele nos parecem decorrentes: por um lado, a importância do cotidiano, do mito e da imagem para a identificação de práticas e estilos de hospitalidade; por outro, reconhecida essa importância, a necessidade de adotarmos um método de pesquisa que nos permita reconhecer e compreender a presença desses elementos e práticas em contextos específicos de hospitalidade. Discutimos, finalmente, a adoção da “deontologia” defendida pelo sociólogo Michel Maffesoli, em “Elogio da razão sensível” (Petrópolis, RJ: Vozes, 1998), como referência teórica e metodológica para tal empreendimento.

**Palavras-chave:** Hospitalidade, Mito, Estilos, Quotidiano, Deontologia.

Começamos este trabalho remetendo-nos à delimitação do campo de estudo da hospitalidade em torno de dois eixos de tempos/espços, conforme propõe Camargo (2003: p. 23):

“um eixo cultural, que leva em conta as ações abrangidas pela noção de hospitalidade, e um eixo social, que diz respeito aos modelos de integração social e conseqüentes instâncias físico-ambientais envolvidas”.

Avançando nesta delimitação, o autor relaciona, no eixo cultural, as seguintes práticas: a) recepcionar ou receber pessoas; b) hospedar; c) alimentar; d) entreter. Já no eixo social encontramos as seguintes categorias: a) doméstica; b) pública; c) comercial; d) virtual. A delimitação proposta nos conduz a uma definição de hospitalidade:

“Hospitalidade, do ponto de vista analítico-operacional, pode assim ser definida como o ato humano, exercido em contexto doméstico, público e comercial,

de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu “habitat” natural” (CAMARGO, 2003: p. 28).

Ao defender, no mesmo texto, em consonância com autores como Denker (2003) e Botterill (2003), a pesquisa interdisciplinar neste campo, Camargo aponta como errônea a ruptura entre os modelos de hospitalidade doméstica, pública e profissional, alertando o leitor para a relação de continuidade entre essas esferas. Somos levados, assim, à necessidade de pensar a hospitalidade como prática social e cultural, inserida em um contexto social mais amplo e por ele determinada ou influenciada.

Mais adiante, concluindo o texto de que tratamos, o autor faz a defesa da invenção de estilos de hospitalidade. Mencionando a demonstração, feita por Hobsbaun & Ranger (1984), do processo da chamada “invenção da tradição”, Camargo chama atenção para a ocorrência do mesmo fato em toda casa, cidade, hotel, restaurante: seja de forma consciente ou inconsciente, cria-se um estilo, inventa-se uma tradição de hospitalidade, um modo característico, particular de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter. Conhecer esse processo e agir conscientemente em relação a ele, seja mediante a criação de rituais de recepção, roupas, gestos, músicas, danças, seja fazendo uso de outros recursos, implica não apenas a personalização do produto e sua diferenciação mercadológica, mas também a valorização e preservação da identidade local.

“O desafio de um estilo de hospitalidade coloca-se hoje para empresas, meios de hospedagem, cidades, regiões, países, caminhando no sentido da criação de modelos que interagem uns com os outros na razão direta da proximidade geográfica. Cidades vizinhas têm elementos comuns de seu estilo de hospitalidade, o mesmo valendo para países vizinhos, no que diz respeito ao recepcionar, ao hospedar, ao alimentar e ao entreter o visitante ou turista” (*idem*: p. 36).

Aceitar o desafio acima implica primeiramente uma tomada de consciência. Como ressalta o autor, a criação do estilo e da tradição acontece mesmo que não a percebamos, pela sedimentação da cultura do lugar, de seus costumes, práticas, valores e crenças. Conduzir esse processo de modo a torná-lo “invenção” exige um conhecimento anterior sobre o modo como ele ocorre, quais os fatores que o determinam e quais as possibilidades e meios de intervenção de que dispomos. Exige, portanto, compreender a cultura como ela é e se faz, para depois fazê-la.

Aqui o desafio revela sua primeira armadilha: a busca de um saber sobre a cultura e seus processos de formação e sedimentação, visando ao seu controle e manipulação. É Maffesoli (1998: p. 14) quem nos alerta para o fato de que “o saber ligado à “razão instrumental” é um saber ligado ao poder”, marcado pela pretensão de domínio sobre a realidade e pelas características limitantes que decorrem dessa pretensão: o conceitualismo, a razão abstrata, separativa, fragmentadora do real, típica da modernidade. O sociólogo francês afirma que, seguindo esse modelo de pensamento,

“tendemos a reportar tudo à unidade do conceito, com a redução que isso supõe. Assim como observa Marguerite Yourcenar, “os filósofos submetem a realidade – de modo a poderem estudá-la pura – aproximadamente às mesmas transformações a que o fogo ou o pilão submetem o corpo: nada, de um ser ou de um fato tais como os conhecemos, parece subsistir nesses cristais ou nessa cinza” (*idem*: p. 17).

É importante realçarmos a associação entre racionalismo e modernidade, entre o pensamento abstrato, conceitual, analítico, mecanicista, “cartesiano-newtoniano”, e um período histórico marcado pelo produtivismo, pela *weberiana* “ação racional orientada a fins” e por ideais como o individualismo, a democracia representativa, os nacionalismos, a “consciência de classe”. Isso porque, para Maffesoli, esse período histórico é cada vez mais passado.

Teórico da pós-modernidade, o sociólogo nos apresenta uma visão que se apóia nas seguintes linhas gerais: a) o advento histórico da pós-modernidade, marcado por padrões cada vez mais afetuais e estéticos de sociabilização, em substituição à modernidade e a racionalidade que lhe era característica; b) a inépcia do racionalismo moderno como caminho para a apreensão e compreensão da realidade pós-moderna e como fator de orientação para a ação social; c) a necessidade de um saber mais atento “à lição das coisas”, de uma **deontologia**, definida como “uma consideração das situações (*ta deonta*) naquilo que elas têm de efêmero, de sombrio, de equívoco, mas também de grandioso” (*idem*: p. 12), um saber relativista, mais orientado para a compreensão do mundo que para uma ação manipuladora sobre ele; d) a incorporação, pela deontologia proposta, da aparência, do senso comum, da vivência, da descrição, da metáfora e do pensamento orgânico como caminhos válidos à *apresentação* da realidade, em detrimento da *representação* conceitual típica do racionalismo moderno.

Essas idéias podem ser melhor compreendidas mediante a observação de obras anteriores de Maffesoli, entre as quais destacamos “A contemplação do mundo” (1995).

Parte-se da constatação de que, por um lado, a exacerbação da racionalidade instrumental, da ação social individualista e finalista, do produtivismo e da ideologia de exaltação do trabalho, produziu na cultura da humanidade um processo de desequilíbrio que, neste momento histórico, tem a sua culminância num movimento de inversão, ou compensação, que privilegia elementos marginalizados – ou mesmo renegados – pela civilização moderna, que se revela num comportamento social marcado pela afetividade, pela passionalidade, pela busca da proximidade e da comunhão, pela exaltação do estar-junto por si mesmo, desprovido de uma intencionalidade finalista prática, e pela referência não mais ao conceito e à razão instrumental, mas à experiência da própria vida quotidiana individual e comunitária: trata-se aqui de uma ação social marcada, respectivamente, pelo *proxêmico* e pelo *vivido*.

Além desse fenômeno de natureza compensatória, somos confrontados, por outro lado, com as conseqüências do próprio desenvolvimento tecnológico proporcionado pelo racionalismo moderno, especialmente pelo desenvolvimento dos meios e técnicas de comunicação e de reprodutibilidade técnica e difusão das produções artísticas e audiovisuais. A imagem, renegada pela iconoclastia moderna, reassume sua força no imaginário coletivo e na cultura. A estética, marginalizada pelo “monoteísmo ético” até então predominante, passa também a ocupar lugar de destaque na determinação do comportamento, ocasionando a menção à atual vigência de uma “ética estética”. A polissemia, a ambigüidade própria da imagem, torna-se cada vez mais predominante nas produções simbólicas do homem, em detrimento da univocidade e da clara delimitação semântica próprias do discurso conceitual e analítico. O polimorfismo, próprio da multiplicação da imagem e da “inflação sígnica” que lhe é decorrente, avança para o campo das identidades, comportamentos, valores, crenças, costumes, dando à realidade social um aspecto caótico, anárquico, cheio de paradoxos e contrariedades.

Estas características gerais da pós-modernidade revelam a inépcia do pensamento racionalista cartesiano para a compreensão da realidade social contemporânea e a falência do saber como projeto de organização, apropriação, domínio e manipulação da vida. Revela-se a necessidade de um outro tipo de conhecimento:

“(…) convém elaborar um saber “dionisíaco” que esteja o mais próximo possível de seu objeto. Um saber que seja capaz de integrar o caos ou que, pelo menos, conceda a este o lugar que lhe é próprio. Um saber que saiba, por mais paradoxal que isso possa parecer, estabelecer a fotografia da incerteza e do imprevisível, da desordem e da efervescência, do trágico e do não-racional. Coisas imprevisíveis, mas não menos humanas. Coisas que, em graus diversos, atravessam as histórias individuais e coletiva. (...) Este, sem legitimar o que quer que seja, pode ser capaz de perceber o fervilhar existencial cujas conseqüências ainda não foram totalmente avaliadas” (MAFFESOLI, 1998: p. 12-13).

O saber que nos é proposto baseia-se primeiramente na renúncia à pretensão de domínio e “ordenação” da realidade. Orienta-se para o *ser*, não para o *dever-ser*. Busca *a coisa em si*, não a sua instrumentalização. Abstendo-se da obtenção de poder sobre o objeto, este saber não se orienta para a obtenção de variáveis operacionalizáveis; visa, pelo contrário, a uma “contemplação do mundo”, a sua *apresentação*, em lugar da *representação* conceitual.

É baseado nesta busca de *apresentação* de uma realidade social crescentemente impregnada pela polissemia da imagem, da forma, do comunicacional, que Maffesoli forja suas noções de “estilo”, “quotidiano”, “mito” (1995) e propõe sua deontologia (1998).

Estilo é definido como a cristalização de formas características subjacentes aos padrões de socialidade, às crenças, aos costumes, valores, comportamentos, padrões estéticos característicos de uma sociedade numa determinada época. Trata-se da sensibilidade particular de um tempo histórico específico. Revela-se, portanto, na vida social ordinária quotidiana, no dia-a-dia das pessoas comuns:

“(…) o estilo quotidiano pode, em certas épocas, dar forma e figura ao conjunto da sociedade. Ele não dita como é conveniente se comportar e porque se deve ou não fazer isso ou aquilo, contentando-se em favorecer, ou mesmo em tolerar o uso dos prazeres, sejam eles quais forem, dos mais anódinos aos mais perversos, como condição de possibilidade de um estar-junto equilibrado. Trata-se, então, de uma utopia em minúsculas, que sabe que o desabrochar de cada um, no próprio seio do quotidiano, só pode valorizar o bem-estar coletivo” (MAFFESOLI, 1995: p. 71).

Numa época marcada pela transitoriedade, pelo afetual, pela transmutação de valores, por um estilo estético, imagético, polimorfo, muitas vezes contraditório, acentua-se o retorno do imaginário, do onírico, do não-racional significativo e vitalizante que havia sido recalçado “por uma modernidade essencialmente racionalista” (*idem*: p. 42). Segundo esta

visão, é o imaginário, não o conceito, que reina sobre o cotidiano pós-moderno, motivando as ações e comportamentos do homem. Somos levados, então, ao campo do estático, do permanente, que ora é encoberto, ora ressurge sob novas máscaras na superfície visível do social: entramos nos domínios do mito e suas sutilezas.

“A mitologia que está nascendo fá-lo progressivamente. Com mais frequência, superpõe-se aos mitos anteriores. Estes continuam, em certos setores, a exercer uma influência real. Disso decorre o fato de que o estilo da época pode ser, ao mesmo tempo, “evidente”, para aqueles que o vivenciam, e totalmente opaco, para os que tentam analisá-lo” (*idem*: 43).

O desafio de inventar um estilo de hospitalidade revela, assim, sua dificuldade maior na própria identificação do estilo de socialidade local sobre o qual se assentam as práticas de recepção, hospedagem, alimentação e entretenimento. Não há como cumprir satisfatoriamente essa tarefa baseando-nos na velha abordagem racionalista cartesiana, já que resta demonstrada sua inépcia para levar-nos à compreensão de uma realidade histórica que foge à sua capacidade de apreensão.

Para responder a essa necessidade, buscando encontrar o caminho mais adequado para compreender o momento singular que atravessamos e que dê conta de todas as dificuldades epistemológicas que se impõem ao pesquisador que se debruça sobre essa realidade, Maffesoli nos propõe sua deontologia, baseada numa prática aproximativa, relacional, relativista, que não tem, como vimos, o objetivo de apropriação, mas o de apresentação:

“Quando já não se tem quaisquer garantias, ideológicas, religiosas, institucionais, políticas, talvez seja preciso saber apostar na sabedoria relativista. Esta “sabe”, por um saber incorporado, que nada é absoluto, que não há verdade geral, mas que todas as verdades parciais podem entrar *em relação* umas com as outras” (MAFFESOLI, 1998, p. 11).

As metáforas do “saber erótico” e da “sociologia acariciante”, usadas pelo autor em diversos momentos de sua obra, ilustram bem a intenção aproximativa de seu método, que se propõe a estabelecer um contato aberto e real com o objeto estudado, compreendê-lo a partir dele mesmo, de sua “razão interna”. Daí a expressão “raciovitalismo”, que se refere justamente à busca da razão vital interna de uma realidade, daquilo que lhe é orgânico e a nutre e constitui.

Daí também a valorização do gênero ensaístico e a proposta de um método que integre racionalidade e arte. A descrição, a intuição, a metáfora, o senso comum e a vivência constituirão as categorias para a prática de uma “razão sensível”, atenta à percepção do mundo como ele se apresenta para aqueles que o vivem e conforme a óptica destes.

Este propósito alia-se a uma visão cíclica do tempo social, em que há a conjugação de um elemento dinâmico, próprio da sucessão dos fatos históricos, e de um elemento estático, em que os conteúdos arcaicos e arquetípicos sucedem-se, numa relação de alternância, como fatores determinantes da vida coletiva, para dar ao cotidiano e ao mito uma dimensão fundamental na definição de um estilo de socialidade e, portanto, de uma tradição e de um estilo de hospitalidade.

Como ciência social aplicada que pretende ser, a hospitalidade não pode se contentar apenas com esse “enamoramamento” metodológico proposto por Maffesoli. Contando com o perdão do leitor pelo trocadilho de gosto duvidoso a que somos levados pela metáfora usada pelo sociólogo, há certos aspectos da hospitalidade que requerem um “saber erótico” que consume o ato a que se propõe: planejar a hospitalidade numa localidade de recepção turística, acolhendo visitante e comunidade local de forma igualmente satisfatória, por exemplo, requer, como enfatizam Dencker (2003) e Botterill (2003), um saber que seja ao mesmo tempo crítico ao cartesianismo e ao racionalismo moderno, mas comprometido com a atuação transformadora efetiva sobre a realidade, visando à realização da hospitalidade na vida cotidiana das comunidades e organizações. Ater-se apenas ao saber assumidamente dileitante que Maffesoli nos propõe seria, portanto, cair na armadilha oposta à do cartesianismo. Mas nem o próprio sociólogo, ressalte-se, propõe que ajamos assim.

A questão que resta, portanto, é sobre a pertinência e aplicabilidade de uma tal prática metodológica na **compreensão** da realidade social e do comportamento de todos os atores e sujeitos envolvidos com as atividades relacionadas à hospitalidade e ao turismo. Em outras palavras, trata-se, a nosso ver, de responder à indagação sobre a possibilidade de acolhimento, de integração dessa metodologia particular no arcabouço teórico e metodológico sobre o qual se pretende construir a ciência da hospitalidade. Parece-nos que a resposta a essa pergunta pode ser oferecida somente pela prática da construção do conhecimento, pela experimentação do método em debate e pela verificação posterior acerca de sua contribuição no sentido de nos revelar aspectos particulares e importantes da realidade social complexa e multifacetada em que emerge o próprio projeto epistemológico da hospitalidade.

## Referências Bibliográficas

- BOTTERILL, David. Método científico social do conhecimento da hospitalidade. In: LASHLEY, C; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**. São Paulo: Manole, 2003 (no prelo).
- CAMARGO, Luiz O. de L. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, Ada de F. M.; BUENO, Marielys S. **Hospitalidade**. Cenários e oportunidades. São Paulo: Pínoeira Thomson, 2003 (no prelo).
- DENCKER, Ada de F. M. A abordagem científica em turismo e hospitalidade. In: DENCKER, Ada de F. M.; BUENO, Marielys, S. **Hospitalidade**. Cenários e oportunidades. São Paulo: Píoneira Thomson, 2003 (no prelo).
- HOBBSBAUN & RANGER. **A invenção da tradição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- \_\_\_\_\_. Elogio da razão sensível. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.